

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, COMPARATIVO COM 2019
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-DFC
 (Em milhares de R\$)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARATIVO COM 2019

	31.12.2020	31.12.2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	265.101	147.795
Imposto de renda e contribuições diferidos	11.038	(8.388)
Depreciações / Amortizações	97.541	103.550
Provisões Constituídas	46.029	63.989
Atualização do déficit técnico contratado	928	883
Resultado das baixas do imobilizado	101	227
Reversão de provisões	(36.843)	(9.543)
Baixas de valores irrecuperáveis	1.338	2.967
Ganho de Capital na Venda do imobilizado	-	(9.266)
Outros	532	285
REDUÇÃO (AUMENTO) DE ATIVOS	(30.406)	(29.919)
Contas a receber de clientes	(6.492)	6.233
Estoques	19	-
Adiantamentos a receber de empregados	1.352	(697)
Adiantamentos a terceiros	396	(6)
Contas a receber de convênios	(67)	(7)
Impostos a recuperar	4.191	(4.407)
Valores recuperáveis	(2.940)	(202)
Outras contas a receber	(70)	788
Despesas antecipadas	931	154
Depósitos judiciais (Não Circulante)	(562)	(405)
Valores a receber (Não Circulante)	(1.335)	(1.206)
Faturas a receber (Não Circulante)	(25.829)	(30.164)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS	166.324	17.408
Fornecedores	31.273	37.797
Contas a pagar	(6)	(111)
Salários e encargos	(155)	704
Imposto e taxas a recolher	(2.066)	(9.891)
Outras Obrigações	(3.205)	833
Juros s/ capital próprio e dividendos	153.783	(668)
Provisão para participação no resultado (PPLR)	9.028	1.715
Déficit técnico contratado (circulante)	1.481	247
Provisão reclamações trabalhistas (Circulante)	(15.715)	2.372
Provisão litígios cíveis	-	-
Provisão p/ encargos trabalhistas	2.464	422
Contribuições sociais diferidas	651	(1.897)
Déficit técnico contratado (Não circulante)	(11.209)	(14.116)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	521.681	279.988
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(28.106)	(16.420)
Aquisição de intangível	(31.674)	(15.347)
Venda de imobilizado	-	42
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(59.780)	(31.726)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos de longo prazo	(6.653)	(6.653)
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos	(188.884)	(35.101)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(195.537)	(41.755)
(Aumento) redução DAS DISPONIBILIDADES	266.363	206.508
SALDO DAS DISPONIBILIDADES		
No início do exercício	805.027	598.519
No fim do exercício	1.071.390	805.027
Aumento (redução) DAS DISPONIBILIDADES	266.363	206.508

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Nota 1 – Contexto Operacional

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A., Empresa pública sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, é regida pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado em 27 de outubro de 2020 na 14ª Assembleia Geral Extraordinária e demais legislações aplicáveis.

A DATAPREV tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, prazo de duração indeterminado, podendo estabelecer dependências administrativas e operacionais onde julgar necessárias ao bom desempenho de suas finalidades.

A DATAPREV tem por objetivo a análise de sistemas, a programação e execução de serviços de tratamento na informação e o processamento de dados através de computação eletrônica, bem como a prestação de outros serviços correlatos, sem prejuízo de suas atividades principais e em harmonia com a política governamental, poderá prestar serviços a terceiros.

Sua visão é ser referência mundial em soluções digitais de governo.

1.1 Impactos da COVID

Em 2020 a DATAPREV aumentou seu nível de atividade no aspecto econômico-financeiro em relação ao ano anterior, principalmente em função da extensão do Auxílio Emergencial coordenado pelo Ministério da Cidadania e do Benefício Emergencial implementado pelo Ministério da Economia.

A DATAPREV está entre os principais parceiros do governo federal e participou efetivamente na implantação de soluções dos auxílios e benefícios emergenciais concedidos a pessoas físicas e jurídicas no enfrentamento da pandemia em 2020. No âmbito interno foram realizadas ações pela Empresa a fim de preservar a saúde de seus colaboradores de acordo com a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Sars-Cov-2 (COVID-19 coronavírus).

Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 825/2020/ME, de 13 de março de 2020, emitido pelo Ministério da Economia, no qual constam recomendações a serem adotadas em relação ao risco de propagação do Sars-Cov-2 cuja situação demanda a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde dos empregados, a fim de evitar a disseminação da COVID-19, a DATAPREV criou um Comitê de Crise, constituído por empregados de diversas áreas, para implantar medidas a fim de preservar e assegurar a saúde dos seus empregados. Neste sentido, foi adotado o regime de teletrabalho, cancelamentos de eventos presenciais e redução de viagens, utilizando tecnologias de teleconferência e videoconferência para reuniões internas e externas.

Importante destacar que a Empresa manteve suas operações em níveis estáveis apesar do impacto da pandemia na economia e atou na implementação de políticas sociais do governo federal que trouxeram resultados positivos destacados na Nota 19.1.

A DATAPREV como forma de contribuir para o fomento ao combate à pandemia pelo Governo Federal recolheu todos os tributos nos prazos apesar das medidas de postergação de tributos federais implementadas em 2020. Dessa forma, a Empresa vem adotando todas as medidas para garantir a normalidade de suas atividades e a segurança de seus empregados.

Nota 2 – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

Estas informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Empresa.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

Nota 3 – Moeda Funcional

Estas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa.

Nota 4 – Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados aos ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Nota 5 – Descrição das Principais Práticas Contábeis**Reconhecimento de Receitas e Despesas**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem. As receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, originados no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as receitas geradas pelas atividades da DATAPREV, a saber:

1) Receita de Prestação de Serviços – As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita a DATAPREV utiliza-se do modelo de cinco etapas previsto no CPC 47 para determinar quando reconhecer a receita:

- a-identificação do contrato;
- b-identificação das obrigações de desempenho;
- c-determinação do preço da transação;
- d-alocação do preço da transação; e
- e-aceite do cliente e reconhecimento da receita.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de prestação de serviços são provenientes dos segmentos de processamentos de dados, desenvolvimento de software e suporte técnico. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo para clientes privados, utilizando método de produto de acordo com os dados processados. Para os clientes públicos em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, as receitas são reconhecidas em momento específico conforme as características dos produtos

2) Receitas e despesas financeiras – As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos Financeiros – Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias:

I-instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado;

II-instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado; ou

III-instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais instrumentos financeiros da DATAPREV são fundos extramercado que são investimentos de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa.

A tabela abaixo apresenta as categorias de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 09):

Ativo/ Passivo Financeiro	Nota	Categoria de Acordo com CPC 48 (IFRS 09)	Valor Contábil CPC 48 IFRS 09)	
			31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	06	Valor justo por meio do resultado	1.071.390	805.027
Contas a Receber de Clientes	07	Custo amortizado	607.286	574.820
Fornecedores	16	Custo amortizado	104.817	73.544
Financiamentos		Valor justo por meio do resultado	554	7.208

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros realizáveis de forma imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Os saldos são apresentados como segue:

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
DISPONÍVEL	1.071.390	805.027
Caixa e Bancos	314	458
Aplicações Financeiras	1.044.897	793.007
Títulos em trânsito	37	10.264
Bloqueios judiciais	26.142	1.298

6.1 Aplicações Financeiras

Em conformidade com a legislação vigente (Resolução BACEN nº 3.284 de 25 de maio de 05/2005 e Resolução BACEN nº 4.034 de 30 de novembro de 2011), as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da DATAPREV são efetuadas no Banco do Brasil S.A. (BB - Extra Mercado) e na Caixa Econômica Federal (Caixa FI - Extra Mercado).

BANCO	SALDO INICIAL	SALDO FINAL**	BLOQUEIO	JUROS	IR	IOF	RENDIMENTOS*
CEF	104.872	108.030		3.988	821	-	3,81%
BB	688.135	936.867	14.083	29.966	5.933	-	3,86%

*Rendimento Bruto Acumulado até a data

**Os saldos refletem a movimentação do período (aplicações, resgates e bloqueios judiciais)

6.2 Bloques Judiciais

Referem-se aos registros de bloqueios judiciais em conta corrente e de investimentos da DATAPREV provenientes de processos de natureza cível e trabalhista.

Nota 7 – Clientes

Os saldos das contas a receber registrados no ativo são apresentados como segue:

7.1 Valores a receber - Circulante

Descrição	Dezembro 2020	Dezembro 2019
	Instituto Nacional do Seguro Social- INSS	98.504
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	11.361	13.873
Ministério da Economia – ME	19.697	533
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT	2.422	13.353
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	3.251	3.546
Superintendência Nacional Prev. Complementar – PREVIC	173	200
Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG	-	3.128
Instituições Financeiras	62.855	57.005
Encargos sobre faturas em atraso	1.234	2.131
Outros	877	1.133
	200.374	194.598